

DIREITOS HUMANOS E OS MATERIAIS DIDÁTICOS

Ética, Etnocentrismo e Direitos Humanos

Adriane A. Damascena

Meta

Possibilitar ao cursista conhecer a importância da ética, para uma boa prática da Educação em Direitos Humanos e para a formação de uma educação cidadã. Entender como os materiais didáticos são instrumentos importantes na potencialização de uma prática pedagógica mais eficiente e comprometida com democracia e com os direitos humanos.

Objetivos

- Auxiliar os educadores e demais atores sociais a reconhecerem a importância de fazer análises éticas conscientes no momento da escolha do material didático, escolhendo aqueles que tenham o conhecimento significativo para a formação do estudante crítico, com destaque ao livro, principal material utilizado nas escolas.
- Identificar a intencionalidade presente nos conteúdos dos materiais didáticos, como revistas, propagandas, reconhecer sinais de discriminação e preconceitos e estabelecer estratégias de superação de tais situações.
- Estimular a implementação de metodologias de ensino e práticas pedagógicas pautados na ética e na construção do conhecimento.

Pré-requisito

Para acompanhar esta aula você deverá previamente conhecer as Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos

Introdução

As Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos colocam como um dos principais desafios a produção de materiais didáticos tendo como princípios orientadores o respeito à dignidade humana e à diversidade cultural e socioambiental, com a intenção da consolidação da cultura dos direitos humanos nos sistemas de ensino. Para tanto, os livros didáticos são um importante aliado no enfrentamento a uma educação elitista e excludente. No entanto, na realidade temos um histórico de exclusão, discriminações e preconceitos que entram pelos muros da escola. Desse modo, é preciso ver de que maneira os princípios dos direitos humanos estão sendo desrespeitados nos materiais didáticos, seja de maneira sutil ou explícita. Assim, vamos discutir sobre maneiras e formas de possibilitar leituras e escolhas que sejam importantes aliados contra as possíveis violações dos direitos humanos. Para tanto, recorreremos a conceitos, práticas e programas que atendam aos livros didáticos e que possam ajudar na fundamentação de uma educação para a dignidade humana, considerando o respeito, as diversidades e a pluralidades presentes em nossa sociedade.

Coexistência com as diferenças e superação de fronteiras identitárias: a dimensão e as imagens do outro nos materiais didáticos.

Sabemos do potencial e da importância da escola como ambiente de produção e reprodução do conhecimento. No entanto, é nesse ambiente que muitas imagens se afirmam, se constroem, desconstroem e reconstroem. Assim, a escola é o espaço prioritário da ação pedagógica, de aprender o quer dizer “ser humano”, mesmo sabendo que a dimensão da condição humana tem variado ao longo dos tempos e que essas mudanças ocorrem em função do período em que são produzidas.

A escola atualmente, e seus materiais didáticos, tem tentado preparar o estudante para que ele possa compreender sua condição e também sua realidade. Esse processo de formação contribui significativamente para a construção da identidade e do pertencimento dos estudantes e educadores. Esse processo se constrói tanto pela sua vivência no ambiente escolar quanto pelo material pedagógico trabalhado.

Um elemento central na discussão a cerca do papel do material didático na formação do estudante é a definição do que chamamos de identidade, uma vez que tanto o currículo quanto os materiais didáticos se constituem território de lutas, uma vez que a escolha dos conteúdos, a maneira como eles serão trabalhados, na verdade, são resultado de posicionamento político. Silva (1999) destaca que o “currículo é texto, discurso,

documento. O currículo é documento de identidade”. Desse modo, podemos ver que os materiais didáticos, como os currículos são a materialização dos discursos e intenções. Assim, as escolhas de temas e materiais forjam identidades.

A ideia do que seja identidade é bastante ampla e complexa. Vamos apontar minimamente o que se entende por identidade nesse momento, e quais as implicações dos materiais didáticos para essa constituição.

A formação da identidade, segundo Castells (2001), faz uso da história, da geografia, da biologia e da economia, de lembranças e traumas, sejam individuais ou coletivas. Tudo isso é interpretado e transformado de maneira específica por cada grupo social, mas o que cada um faz da sua condição humana ocorre em função do outro, ou seja, a constituição da identidade é relacional, ela se faz frente ao outro ao diferente. É um exercício de alteridade. Cabe ressaltar que essa relação é, muitas vezes, tensas e conflituosas. Desse modo, é possível falar que a identidade é um campo de lutas. Lutas que defendem a manutenção, ou lutas que pretendem transformação da realidade vivida.

Castells (2001) aponta três tipos de identidade de origens diferentes:

Identidade Legitimadora – ligada a grupos hegemônicos que pretendem estender sua dominação a outros grupos.

Identidade de Resistência – produzida por grupos que estão em situação de desvalorização.

Identidade de Projeto – Grupos que buscam construir novas identidades e de transformar a condição atual. Um exemplo seria o feminismo, que luta por uma nova posição da mulher na sociedade. (CASTELLS, 2001, p.24).

Seja qual for a identidade, ela está sempre em relação com o outro, e isso aproxima o conceito de identidade ao de diversidade, negros, brancos, índios, ciganos, mulheres.

As diferenças entre os grupos podem tanto se aproximar quanto se distanciar. São as diferenças que fundamentam os mais diversos fenômenos que assombram as sociedades. Situações de discriminação, de racismo, classistas, tensões que, por vezes, existem baseadas na diferença. Toda atenção é necessária para que situações mais graves não tomem corpo, como os estereótipos que se fundamentam em preconceitos. Diante do estranhamento, o etnocentrismo é alimentado, o que pode levar a atritos e, com o tempo, a “distúrbios” na identidade daquele que é ofendido e desrespeitado. Algumas práticas são perversas e bastante injustas. Posturas discriminatórias implicam na prática de crime, uma vez que a legislação tenta proteger grupos historicamente prejudicados por situações de discriminação (MUNANGA, 2004, p.7).

Todas as orientações que são dadas pelas políticas públicas que visam o respeito à diversidade, apontam para a consolidação de um estado democrático e uma educação cidadã.

Munanga (2004) comunga com as posições de Castells (2000) e chama a atenção para a necessidade da superação dos preconceitos para uma possível harmonização entre

os diferentes grupos presentes na sociedade, mas é preciso ter uma postura de renegociação e diálogo.

Munanga nos ajuda nesse entendimento (2004, p.5):

A convivência pacífica só seria possível se sentarmos numa mesma mesa para negociar nossas diferenças e nossas identidades. A tese é a de que nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou pela má percepção que os outros têm dela, ou seja, uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado da identidade do “outro” pode causar prejuízo ou uma deformação ao aprisionar alguém num modo de ser falso e reduzido.

Tensões e conciliação que estão presentes no cotidiano e no dia a dia também vão estar presentes no ambiente escolar, ora explicitamente ora de maneira sutil. Seja lá qual for a maneira, é preciso que a escola não feche os olhos para eventos que firam a garantia dos direitos humanos e as condições fundamentais para uma formação cidadã.

Como já foi mencionado, a identidade está sempre em processo, se constituindo, o que quer dizer que não existe uma identidade na essência. Aí a importância de acompanhar como e quais as formas e os mecanismos que os livros didáticos recorrem para abordar as identidades e suas fronteiras relacionais.

A orientação do Governo Federal, por meio do MEC – Ministério da Educação, é que os livros devem contribuir para a formação cidadã do educando, buscando a reflexão e a construção de conceitos, como tolerância, liberdade e democracia (Brasil, 2006, p.9), princípios democráticos que se alinham com as diretrizes da educação em direitos humanos. Esse compromisso é importante porque diz respeito ao reconhecimento da centralidade que os materiais didáticos, e especificamente o livro didático ocupam no processo de ensino e aprendizagem.

Por outro lado, ao longo da história os livros didáticos fomentaram visões pejorativas de vários povos e sujeitos. Através de imagens, textos e atividade didática, livros e professores protagonizaram anos de discriminação e descaso com tudo que era diferente do projeto ideal de civilização e sujeito. Desse modo, muitos livros e educadores jamais permitiram que certos grupos pudessem ver a si mesmo fazendo parte dos conteúdos ensinados nas escolas de maneira positiva, o que, possivelmente, poderia tira-los, muitos deles, de desempenhos insatisfatórios de aprendizagem. Segundo Silva (2005, p.22):

A presença de estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, podem promover a exclusão, a cristalização do outro em função e papéis estigmatizados pela sociedade, auto-rejeição e a baixa auto-estima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado.

Além do livro didático é preciso utilizar outros materiais para que os estudantes possam fazer comparações e interpretações. Pois é importante habilitá-los a fazer uma

leitura do mundo nos mais diversos materiais (a leitura do mundo escrito é prioritariamente a escolha da escola, em função do compromisso com a leitura e a escrita).

A cultura escrita foi sempre ligada a uma ordem culta, enquanto que a oralidade está sempre ligada à informalidade, uma em oposição a outra, o que é um equívoco, uma vez que são complementares.

É preciso observar que o livro didático, em certa medida, ainda é sinônimo de verdade. Se está no livro didático, é verdade. É uma herança da visão positivista a ideia de neutralidade do conhecimento. Assim sendo, o material utilizado nas escolas foram e são responsáveis pela promoção de certos conceitos e padrões que contribuíram firmemente para o entendimento de que cada uma tem de si e do outro. Um bom caminho para se prevenir contra qualquer tipo de “verdade” é o pensamento crítico, fundamental numa educação para a cidadania.

Reflexão sobre os mecanismos de produção e reprodução de preconceitos e violação de direitos nos materiais didáticos.

Por muito tempo, a educação e principalmente o livro didático trabalharam com uma única história e desembocavam numa única imagem. A História Oficial, ou seja, a história dos colonizadores. Esse colonizador tinha uma imagem: homem, branco e adulto. Na maior parte dos livros, o entendimento do que era importante conhecer, dizia respeito a uma supremacia total de uma ideia de cultura que se assemelhava a ideia de civilização.

Rosemberg (1985) e Silva (2005) reinteram que o homem adulto proveniente da classe média e alta da população é quem mais aparece nos relatos históricos e nas experiências expostas nos livros. Não só nos livros, mas nos meios de comunicação e outros materiais pedagógicos. A mulher, o negro, os povos indígenas estão quase sempre em condições desfavoráveis em relação ao branco.

Um material didático que tem a civilização europeia como hierarquicamente superior às demais tem uma compreensão da realidade pautada numa visão evolucionista e linear da história, ou seja, a história da humanidade que aprendemos forjam hierarquias que foram, ao longo dos séculos, passando do puro preconceito vivido na realidade, ao apoio da ciência, endossado como verdade científica esse longo processo de exclusão. Assim, Silva (2005, p.23) nos alerta:

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma sua representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias, e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais... os processos reconhecimentos de povos como os africanos, os índios e tantos outros, constituem a identidade cultural da nação.

Tal entendimento era disseminado em todas as áreas do conhecimento. A história de qualquer lugar do mundo só era compreendida tomando como explicação o continente europeu, a geografia era pensada num mapa onde a Europa aparecia como o centro; a filosofia era europeia; a ciência, a matemática, a literatura seguia as escolas literárias europeias. De quantos Cecis e Peris se fizeram a compreensão da sociedade brasileira? O outro aparecia nos livros didáticos, mas sempre na condição de subalternidade, de inferioridade.

Essa imagem de dentro e fora da escola impregnou sobremaneira o imaginário e a memória coletiva, até hoje. Desse modo, temos um longo caminho na construção, desconstrução e reconstrução da imagem da mulher, do negro, do homossexual e do indígena veiculados nos materiais didáticos. A importância da discussão do material didático firma-se na centralidade do livro didático, porque muitas vezes estes se constituem como a única fonte de leitura de muitos jovens brasileiros.

Não podemos perder de vista que a educação é ao mesmo tempo produção e reprodução, continuidade e descontinuidade, repetição e ruptura. Ou seja, educação é tensão constante entre essas duas concepções que convivem no cotidiano escolar e que caracterizam seu funcionamento. A maior dificuldade está quando a educação para reprodução, ou seja, para a manutenção, se destaca frente a emancipadora, impedindo a implementação de uma prática mais democrática e humana.

A escola, como faz parte da sociedade, sabe que o preconceito pode estar presente no seu ambiente. Mas sabe, também, que é preciso mudar, se comprometer com as mudanças, mas com uma mudança planejada e possível. Tudo para reduzir a intolerância e o sentimento de subalternidade.

O Programa Direitos Humanos alerta para o perigo da prática preconceituosa e discriminatória, pois não se nasce preconceituoso. Essa postura é construída ao longo dos anos, com os pares, em casa, no trabalho e na escola. Ciente dessa condição, o referido programa considera o preconceito uma atitude, um fenômeno, que acontece entre grupos, a predisposição à hostilidade contra alguém que pertence a algum grupo. A discriminação supervaloriza determinadas culturas frente a outras, e dá ao dominador a ideia de que é naturalmente melhor que os outros. Tal postura representa uma clara violação aos direitos humanos. Postura como essas devem ser repelidas de uma vez por todas, tanto das escolas, como dos materiais didáticos.

A escola de hoje deve se preparar para incorporar uma pauta que foi proposta pelos movimentos sociais, e fazer entrar na escola quem está excluído dela e dos livros didáticos. Assim, para receber esse novo perfil de aluno, é necessário evitar antigas práticas discriminatórias que prejudiquem aquelas populações que historicamente foram excluídas da condição mínima de cidadania. É preciso fazer com que a escola torne-se um canal de inclusão.

Santos tem uma frase que pode ajudar nesse entendimento: “Quando a diferença nos oprime devemos lutar pela igualdade, mas quando a igualdade nos descaracteriza devemos lutar pela diferença”.

Santos

Texto encontrado na página : <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/artigos-em-revistas-cientificas.php> acesso em 22 de janeiro de 2013.

Quando é opressão, negros, mulheres, idosos, crianças, homossexuais são desrespeitados. É preciso que mude essa visão e os reconheçam como iguais frente aos direitos. A descaracterização aponta para uma perda de sua identidade ou dos seus direitos, ou seja, quando um acesso não ocorre igualmente, a diferença, na prática, torna-se desigualdade. Tal constatação, de algum modo, tem que estar presente nos livros e demais materiais didáticos.

Cabe ressaltar que uma atmosfera desfavorável acarreta um pior desempenho daqueles que foram humilhados ao longo de sua vida e também de sua experiência escolar.

Revela-se aí a centralidade da inserção dos Direitos Humanos no material didático. Linguagens e materiais didáticos contextualizados, que visem a proteção e à promoção dos direitos humanos, para a reparação das violações sofridas. Afinal, o espaço de conhecimento deve ser o local de se pensar parâmetros de dignidade.

Portanto, é muito importante a garantia da inclusão de temáticas que antes eram marginalizadas nos materiais didáticos. Além do quê, é preciso que se pratiquem, também, metodologias participativas e democráticas.

Isso tudo deve ter a função de abrir as perspectivas dos estudantes frente à realidade, ampliar sua visão crítica e a viabilidade de soluções de problemas, de forma que as questões postas no material ajudem na reflexão dos temas e colabore na construção de uma nova memória coletiva.

Princípios éticos necessários à construção da cidadania e promoção e valorização dos Direitos Humanos nos livros didáticos

A condição moderna nos levou a pensar a nossa universalidade e também a autonomia da razão. A ideia de autonomia e de universalidade aparece quando se considera a moral, buscando a ideia de dignidade humana. Desse modo, para os modernos, especialmente para Kant (Aranha, 2009), é preciso pensar o ser humano como fim e não como meio para qualquer ação.

Contudo, recentemente a discussão acerca da condição humana se tornou também a da efetivação dos direitos humanos e tem sido, a cada dia, mais polissêmica, com mais vezes se unindo para propor caminhos e soluções na garantia dos direitos, de maneira cada dia mais ampliada. Desse modo, o caminho tem sido do diálogo, uma argumentação compartilhada, da participação de todos os envolvidos no processo. Buscando validar acordos, mesmo que provisórios, que atendam o dinâmico conceito de moral, ética e humanidade. Segundo os PCNs. (1998, p.50):

É importante salientar, também, o caráter histórico da moral. No decorrer do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens e as mulheres que as compõem. Ao longo da história, as sociedades construíram e modificaram seus sistemas morais, focalizando a cada momento diferentes questões e interpretando os princípios de forma às vezes surpreendente para o que se coloca hoje, e frequentemente paradoxal, como se pode verificar ainda nos sistemas contemporâneos.

Podemos ver que os valores mudam e a interpretação das ações humanas também. Em situação de conflito, e de dilemas, muitas vezes uma ação individual tem respaldo na sociedade, no cultural e no político.

Para se tomar uma decisão, muitas vezes, é necessário que haja a necessidade de problematizar as respostas. É nesse exercício de reflexão que cabe a ética.

Comte-Sponville, no seu livro **Sabedoria dos modernos**, chama a atenção para a necessidade de se alcançar valores morais universais, mesmo que essa universalidade seja sensível às particularidades ou à heterogeneidade humana, sejam eles negros, mulheres, homossexuais, indígenas...

Para Comte-Sponville e Ferry (1999, p37):

A moral pode ser ao mesmo tempo relativa (em sua fonte) e universalizável (em seu horizonte). De um ponto de vista prático, é o universal que prevalece, ou deve prevalecer: é isso que está em jogo no combate pelos direitos humanos.

A dinâmica entre a universalidade e a particularidade, no que se refere aos direitos humanos, nos leva a pensar que somos iguais na humanidade, mas diferentes na nossa individualidade. Assim, vamos aprender a exercitar e respeitar aquilo que nos distingue, e nos leva a pensar que é preciso considerar as particularidades, ou seja, as diferenças. Dessa forma tentar impor nossa concepção de Direitos Humanos nos remete a uma postura etnocêntrica.

Etnocêntrico no dicionário é descrito como um conceito da antropologia que exprime a “visão de mundo característica de quem considera o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade socialmente mais importante do que os demais” (HOUAISS, 2001, p.1972).

O etnocentrismo pode ser tomado como uma postura de desprezo frente ao diferente, pois toma a cultura do outro como sendo inferior ou primitiva. Essa visão ignora totalmente a dinâmica da cultura diferente. Além de usar juízo de valor para o que é diferente. Essa postura traz prejuízo a diversas nações, e também no âmbito internacional, com situações de intolerância e violência entre os povos.

A ideia de moral há muito tempo está presente na ambiente escolar. Mas, no final da década de 1980, a temática tomou vulto com um dos principais documentos na proposição de Ética na educação formal. Nos PCNs-Temas Transversais esse documento traz uma distinção entre moral e ética seguindo as premissas da filosofia: “moral como o conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades, e a ética como a reflexão crítica sobre a moral” (BRASIL, 1998, 49).

Diante dos valores morais carregados de princípios, regras, ordens e proibições presentes nas escolas, a ética perguntaria (BRASIL, 1998, p. 53):

“Sobre princípios – Em que se fundamentam ?

Sobre regras – Qual a finalidade ?

Sobre ordens – A que interesses atendem

Proibições – Que resultados pretendes?”

A Ética ajuda na consolidação de uma escola mais democrática e com estudantes mais participativos, críticos e autônomos elementos fundamentais para o exercício da cidadania.

Entendermos que a ética é reflexiva, que ela se presta, portanto, a avaliar a coerência entre prática e princípios a partir daí, questionar, reformular alguns valores. No entanto cabe lembrar que ela mesma não tem a preocupação de ser normativa. A relação entre moral e ética é dinâmica, pois implica num diálogo entre ação e reflexão, contando que reflexão retorna a ação, revigorada e transformada (Brasil, 1998, 53).

Nessa conexão cabe à ética trabalhar com princípios e não com normatização. As ações humanas são carregadas de valores, portanto, são cheias de intencionalidades. É o que afirmam os PCNs. (1998, p.53)

Longe de querer dissolver esses conflitos, impondo uma harmonia postiça, é importante que se instale a atitude problematizadora. O que é preciso considerar, sempre, é que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A moral sofre transformações, principalmente quando submetida à reflexão realizada pela ética.

Uma ação importante, para que a educação confirme princípios éticos e forme jovens cidadãos, é a valorização dos estudantes na sua capacidade de questionar e propor mudanças. Diante dessa habilidade, é preciso que ela seja usada com propriedade, responsabilidade e eficácia.

Segundo os PCNs -Temas Transversais (1998), alguns princípios são básicos para serem trabalhados na educação como um todo, mas que podem muito bem serem incorporados aos materiais didáticos, seja como conteúdo, seja como temas de discussão no momento de trabalhar com o livro adotado que ajude na consolidação da dignidade humana:

Respeito Mútuo:

O respeito se manifesta de muitas maneiras: respeito pela diferença, pela particularidade, respeito a todo ser humano independente da sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião e cultura, respeito às diversas manifestações, étnica, religiosa e cultural e, ainda, respeito pelos lugares públicos e pela privacidade. O preconceito é uma forma de

desrespeito à dignidade humana: portanto, refletir sobre essa situação é um exercício de ética e cidadania.

Justiça

A Justiça vai muito além das leis, e a ética pode discutir se as leis são justas ou não. Justiça é um importante valor para a formação do cidadão. Alguns temas são importantes na discussão sobre justiça, como reconhecer situações de equidade, igualdade, identificar injustiças, compreender a importância das leis, reconhecer seus próprios direitos e ter uma atitude de justiça.

Solidariedade

Se aproxima muito da ideia de cuidar e de generosidade, doar-se para alguém.

-Sensibilidade e disposição para ajudar outras pessoas.

Diálogo

A comunicação é um fator fundamental para a formação humana e a comunicação entre homens em diversas dimensões além de ser um dos mais importantes elementos da democracia. Desse modo, o diálogo é capacidade de ouvir e esclarecer conflitos (BRASIL, 1998).

Todos esses princípios são fundamentais para a formação cidadã. Pelas diretrizes, uma formação ética, crítica e política, segundo o CNE no parecer CNE/CP nº 8, (2012,p.9):

(in)forma os sentidos da EDH na sua aspiração de ser parte fundamental da formação de sujeitos e grupos de direitos, requisito básico para a construção de uma sociedade que articule dialeticamente igualdade e diferença.

A articulação entre igualdade e diferença é fundamental para uma educação que combata preconceito e discriminação. No universo escolar vemos que já estão sensíveis a necessidade de se pensar e de se propor ações que digam respeito a promoção dos direitos humanos. Vivências educativas de construção coletiva: discussão coletiva de situações problemas tanto na classe como na escola, utilizando recursos como projetos de intervenção no interior da escola e na comunidade, que podem ser adaptados a vários níveis e aprendizado.

Percepção das diversidades e veiculação de estereótipos e preconceitos nas imagens, ilustrações e textos: como se materializa a violação de Direitos Humanos

Não podemos perder de vista que os recursos didáticos, assim como o próprio currículo, dizem respeito às escolhas e visão de mundo. Desse modo, expressam valores e entendimento sobre o que está sendo abordado.

Vimos que tanto a escolha quanto o uso do material pode representar uma oportunidade para potencializar valores e atitudes importantes para uma postura cidadã. Mas, também, é preciso ficar alerta para situações de subalternidade e papéis que venham fortalecer estereótipos e preconceitos.

Cabe destacar que quando se desrespeita a educação para os direitos humanos, se revela que a sociedade em que vivemos desrespeita a alteridade e a pluralidade, marca tão forte em nossas relações sociais.

Pereira (2011) afirma que, em pesquisa recente, foi mensurado o impacto do preconceito na aprendizagem escolar, e se constatou que, por meio da avaliação da Prova Brasil, atitudes, valores e crenças que indicam que preconceitos ainda estão presentes no ambiente escolar, tais como: etnicorracial, gênero, geracional, orientação sexual, territorial e, ainda, pessoas com deficiências.

O que mais chamou atenção na pesquisa mencionada foi a seguinte conclusão: as escolas que apresentaram níveis de preconceitos mais elevados apresentam médias menores nas avaliações. A violação dos direitos humanos compromete a qualidade da educação e com isso o desempenho do estudante. É o que afirma Souza e Pereira (2011, p. 34)

Mais do que um profundo processo de desigualdade de oportunidades e de um baixo nível de qualidade em educação, esses dados revelam um quadro perverso: o processo de escolarização faz discriminações. O sucesso e/ou o fracasso escolar estão permeados pela classe social, pela região do país, pelo local de residência e pela cor da pele do aluno e da aluna. Os pobres, os moradores da periferia e da zona rural, os nordestinos, os negros são furtados de sua dignidade e em sua cidadania, por uma sociedade - e a escola aí inserida - que ainda não sabe respeitar e trabalhar a diferença.

Assim, a violação dos direitos humanos prejudica o rendimento do aluno e impede uma educação de qualidade social. Isso posto, a educação em direitos humanos é um desafio que precisa ser enfrentado com os diversos recursos didáticos e paradidáticos, com vistas a melhorar o desempenho do estudante e oportunizar uma educação de qualidade. Para tanto, podem ser utilizados diversos materiais para o exercício de análise crítica: jornais, revistas, livros, fotografias, mapas, propagandas e programas de TV. Todos esses materiais são passíveis de avaliação para que sejam observadas situações e papéis que são explícita ou subliminarmente desrespeitosos com os princípios dos direitos humanos.

Na década de 1980, período que se deu abertura política no Brasil, as ideias de esquerda e congregavam com o materialismo histórico, modelo de explicação da realidade que tinha como objeto de intervenção o modelo de escola que foi, por vinte anos, aparelhada para servir ao regime militar. Após a abertura política, a escola pública era o alvo preferencial para ações de democratização, que vem sendo ao longo dos anos, ambiente de experimentação de políticas as mais diversas. No entanto, mostramos que a intenção na época já demonstrava preocupações que ainda são atuais. Para Libaneo (s/d, p.3):

Na prática, significa uma abordagem crítica dos conteúdos, crítica no sentido de tratar os conteúdos escolares dentro de uma análise concreta das relações econômicas, sociais, culturais que envolvem a prática escolar. A pedagogia crítico-social quer contribuir efetivamente para a formação de sujeitos pensantes e críticos.

No momento descrito, boa parte das análises era feita baseada no materialismo histórico que enfatizava como a principal diferença a ser considerada entre os homens, e o principal canal de desrespeito, a diferença de classes. Assim a melhor maneira de se verificar os aspectos da dominação e reprodução das desigualdades era estudando o conceito de ideologia.

Um importante livro na formação dos professores desde a década de 1980 é o livro chamando de *Belas Mentiras: as ideologias subjacentes no livro didáticos* que tratava das mensagens subliminares presentes nos textos e ilustrações dos livros didáticos e paradidáticos. Um dos temas abordados era: “Pobre e ricos”, onde o texto lembra que a riqueza não traz felicidade, e que não se deve questionar nossa condição econômica. Outro tema abordado era a virtude, onde a maior delas era a obediência; ou ainda quando trata de negros, índios e mulheres, que são “infantilizados”, fazendo que todos eles tenham uma função na manutenção do modelo de sociedade estabelecido. O livro mostra uma escola onde a reprodução da ideologia dominante ocorre já nos primeiros anos escolares, ou seja, a passividade diante do modelo vigente é uma virtude que deveria ser cultivada já na infância.

livro didáticos
 Maria de Lourdes Chagas Deiro,
 editora Centauro,
 1989.

Cada dia fica mais claro a importância de se estimular o pensamento crítico entre os alunos e que o educador esteja preparado para levar adiante as discussões formativas, ao mesmo tempo em que também esteja preparado para mediar os conflitos que porventura ocorram. Desse modo, o aluno hoje questiona mais, o professor tem uma formação mais adequada à dinâmica da sociedade e os livros didáticos precisam acompanhar essas mudanças, com uma visão de mundo mais crítica e plural.

Os PCNs (1998) chamam atenção quando mostram, no final da década de 1990, que a mulher:

é representada apenas como dona de casa e mãe, enquanto o homem participa do mundo do trabalho extradoméstico e nunca aparece em situações de relação afetiva com os filhos ou ocupado nos cuidados da casa.

O trabalho de NEGRAO e AMADO (1989, p.45) mostra a imagem da mulher no livro didático e como resultado percebeu-se que:

A mulher negra só aparece como: cozinheira, baiana ou Tia Anastácia, preta velha ou contadora de história. A escrava, é sem nome, ama de leite ou mãe preta..

A mulher indígena, essa, sempre padronizada e por vezes mais parecidas com índias americanas.

A mulher só aparecia em trabalhos domésticos ou brincando com as crianças...

Nas duas últimas décadas, foram publicados vários manuais, documentos, acordos, que tentam preparar o professor para trabalhar com a diversidade. Mas sabemos que não existe um caminho certo, a não ser o da reflexão e da problematização da realidade vivida. Todo o esforço é no sentido de ficar alerta acerca das violações dos direitos humanos que ainda estão presentes nas escolas e nos materiais didáticos.

Muitas foram às ações, os caminhos e propostas para desconstruir situações de discriminação.

No combate ao racismo um importante o documento aprovado na **III Conferência** onde foi reconhecida a responsabilidade histórica do Estado brasileiro “pelo escravismo” uma vez que no próprio MEC em um dos seus materiais(2001,2006):

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou (p.18).

III Conferência Mundial

contra o Racismo e Discriminação Racial Xenofobia e as Fontes Correlatas de Intolerância ,Durban.

Com o reconhecimento dessa condição desfavorável se abriu diversas possibilidades na educação que visa o respeito à diversidade e pluralidade brasileira, e também a implementação de ações afirmativas a diversas populações que se encontravam em situação de risco e discriminação. Ou seja, acompanham princípios que estão presentes nas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos.

Programa Nacional do Livro Didático:

- Estratégias e recursos para a articulação de conteúdos à transversalidade dos Direitos Humanos.

O Programa Nacional do Livro Didático veio para garantir uma educação de qualidade e para promover o acesso ao livro didático a todos os estudantes matriculados da rede pública. A universalização do acesso ao material didático permite ao estudante uma condição igualitária no processo de ensino-aprendizagem e uma ação fundamental para a educação pública de qualidade.

O programa se propõe e avaliar, adquirir e distribuir livros didáticos nas diversas áreas de conhecimento. O livro didático é um instrumento fundamental, tanto para o estudante como para o educador, no processo pedagógico e na aquisição de conhecimento.

Assim O PNLD faz com que o livro, antes de chegar na escola, passe por uma avaliação criteriosa na busca da garantia da qualidade e na disseminação de materiais didáticos sem preconceitos, estereótipos e também evitando cunho ideológico.

Definido esse padrão, é lançado para cada área de conhecimento um guia de livros didáticos que auxiliam o professor na escolha do livro a ser adotado. A aquisição pode ser feita de três em três anos.

Os objetivos do PNLD (2011) são amplos:

- I- Melhorar os processos de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, com a consequente melhoria da qualidade da educação.
- II - Garantia de padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas publicas
- III - Democratização do acesso a fontes de informação e cultura
- IV- Fomento à leitura e o estímulo à atitude investigativa dos alunos e ainda apoia a atualização e do desenvolvimento profissional

O programa tem uma envergadura gigantesca para atender toda a população. Não se pode esquecer que o programa é um importante instrumento de apoio ao processo de ensino/aprendizagem e de acessos à informação e ao conhecimento.

Como parâmetro para o programa, vimos a observância de alguns princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social.

O Programa PNLD(2011) tem como diretrizes:

- “I-Respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas,
- II -Respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III- Respeito a autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino
- IV-Respeito à liberdade e o apreço à tolerância”.

Como podemos ver, a Educação em Direitos Humanos está presente nas diretrizes do PNLD, mas é bom salientar que a melhor maneira da efetivação das diretrizes apontadas acima é a adesão às práticas e posturas de caráter interdisciplinar ou transversal.

Uma visão ou ação transversal requer uma atitude não preconceituosa. Para tanto, é preciso fazer uma opção por uma concepção de educação onde não haja hierarquias entre os conhecimentos, somando a isso uma maior valorização do conhecimento coletivo frente ao conhecimento individual.

O exercício da tolerância e do respeito é fundamental, onde ensinar e aprender se encontram na vivência e na experiência da troca.

Para a promoção dos direitos humanos na escola são apontadas a transversalidade, a vivência e a globalidade como princípios que permitem uma educação para a mudança, para transformação social e para o exercício de uma prática mais humanizada.

Para temas na perspectiva transversal, é preciso que as diferentes áreas contemplem os objetivos e conteúdos que os temas relacionados à convivência social requerem. É preciso, também, que sejam explicitamente trabalhados, mas que fique claro que não são novas áreas, mas sim momentos de integração e co-responsabilidade na efetivação da proposta (BRASIL, 1998, p.28):

A proposta de transversalidade traz a necessidade de uma escola refletir e atuar conscientemente na educação de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico, e oriente eticamente questões epistemológicas.

Todos os mecanismos e recursos que a escola e a educação como um todo dispõem, devem ser usados na efetivação de uma prática que busque uma educação para os direitos humanos. É necessário reafirmar que o diálogo entre disciplinas deve servir de estratégia para a promoção e consolidação de uma educação justa e cidadã. Os materiais didáticos não poderiam ficar de fora desse grande desafio que é a implementação de uma educação para a democracia e para os direitos humanos.

Avaliação pedagógica das obras e os Direitos Humanos: limites e possibilidades.

O PNLD, como um todo, segue os princípios e critérios delineados pelos profissionais de cada área de conhecimento. Na tentativa de atender a diferentes realidades presentes no país, foram formados pelo MEC grupos de avaliadores, profissionais da educação, cuja formação ia da graduação até o pós-doutorado. Outro aspecto foi que a equipe fosse formada por profissionais de diferentes estados da federação, de todas as regiões e que atuassem na capital e/ou no interior.

Além dos critérios específicos de cada área, o PNLD afirma a necessidade de que as obras sejam pautadas na pluralidade cultural, social e econômica, pensado na dimensão do país e, sobretudo, que a formação do estudante seja uma formação para a cidadania, que permita que ele construa conceitos como tolerância, liberdade e democracia.

Visando a garantia de um padrão de qualidade nos livros apresentados no guia, alguns princípios pedagógicos não poderiam faltar, tais como recursos didáticos, textos, imagens e exercícios pertinentes ao nível no qual ele será destinado. No que se refere especificamente a uma educação em Direitos Humanos, a recomendação e exigência é que as obras excluam a presença de estereótipos e evite criar explicações que banalizem e comprometam a formação para a cidadania.

Mesmo com todos os cuidados que foram cercados as escolhas, sabemos que sempre escapam situações que ferem os princípios, de uma maneira que não havia sido pensada pelos examinadores. Isso se dá em função do olhar local que pode ser muito específico e diferente do padrão geral, mas que faz parte da cultura do local. Mas a lista de livros é razoável e é acompanhada do modelo da ficha de avaliação baseada nos critérios propostos pelo programa. Uma estratégia surpreendente foi o ranking de estrelas (no máximo cinco estrelas). Outra interessante foi a resenha que se dividia em três partes: introdução, descrição da obra e avaliação propriamente dita de cada coleção apresentada para apreciação.

O guia não pode fugir das cinco orientações definidas pelo PNLD:

Na avaliação dos livros é preciso atender no mínimo as demandas abaixo:

- I - a observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania;
- II – e ao convívio social republicano;
- III - a coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica;
- IV- a correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;

Há uma preocupação técnico-metodológica e também pedagógica, mas podemos considerar que no que se refere aos princípios dos direitos humanos especificamente, apesar de não haver orientação que explicita a temática, vai-se aos poucos, sugerindo temas e intenções que estão presentes nas diretrizes nacionais dos direitos humanos: atender a pluralidade cultural, princípios éticos e a formação crítica reflexiva e cidadã.

Certamente vemos avanços na proposta do Programa, mas sabemos que muito ainda é necessário, fazer somando-se outras iniciativas como a formação de professores, o Projeto Político Pedagógico pautado e comprometido com a educação para os Direitos Humanos. Não podemos perder de vista é a necessidade de escolha do livro deverá ser realizada a partir de uma reflexão coletiva entre o gestor local e os coordenadores de educacionais. Estratégia que visa que o livro didático escolhido atenda da melhor maneira a realidade da escola e das turmas e ainda seja adequado aos pressupostos teórico-metodológicos adotados pela unidade escolar.

DICAS:

Questão racial – Filme: **Vista a minha pele** - Uma paródia da realidade. Serve de material de discussão em sala de aula. Direção: Joel Zito Araújo. Duração: 15 mim ; 2003.

Questão indígena – Músicas que podem ser trabalhadas em sala de aula:

Chegança – Antônio Nóbrega. CD - Madeira que o cupim não rói; 1999.

Índios – Legião Urbana. CD - Acústico MTV; 1998.

Cinco Estrelas

O critério das estrelas produziu uma correria aos livros com mais estrelas, causando um problema na distribuição. - Se havia disponível um livro que tinha conseguido cinco estrelas, porque alguém escolheria um com menos ? O critério do ranking foi abandonado.

Questão da Homofobia – Filme: MILK – A voz da igualdade - Milk busca direitos iguais e oportunidades para todos, sem discriminação sexual. O filme mostra como ele se tornou o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos. Duração: 2 horas. Direção: Gus Van Sant; 2009.

Questão da Mulher: Filme: Persépolis – A história de uma garota iraniana que sonha em se tornar uma profetisa para poder salvar o mundo. Ela acompanha o que ocorre a sua volta, quando tem início a “República Islâmica” com um forte controle sobre as pessoas. Isso incentiva Marjane a se tornar uma revolucionária. Duração 1:35 mim . Direção: Marjane Satrapi, Vincent Paronnaud; 2008.

Referência Bibliográfica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & Martins, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução a Filosofia**. São Paulo, Moderna, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação básica. PCN –**Temas Transversais, Brasília, 1998**. portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf. acesso: 20 de janeiro de 2013.

BRASIL, SECAD, Orientações e ações para a educação das relações étnicorraciais. Brasília, 2007.

BRASIL, Secretaria de Educação básica. **Guia do Livro didático 2007**. Brasília, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação básica. **Guia do Livro didático 2011**. Brasília. In <http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/2349-guia-pnld-2011---anos-finais-do-ensino-fundamental>. acesso: 29 de janeiro de 2013.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

COMTE-SPONVILLE, André e Ferry, Luc. **Sabedoria dos modernos**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

LIBANEO, José Carlos. **Fundamentos teóricos-metodológicos da pedagogia crítico-social**. Goiânia, PUC-GO, s/n.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília, Mec/Secad, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. São Paulo, AçãoEducativa/Anped, 2004. In: <http://www.npms.ufsc.br/programas/Munanga%2005diversidade.pdf> acesso em 29 de janeiro de 2013.

NEGRÃO, Esmerada & AMADO, Tina. **A imagem da mulher no livro didático: estado da arte**. São Paulo, DPE/FCC, 1989.

PEREIRA, Ana Carolina R. **Educação, Direitos Humanos e prática docente**. Itabaiana, Gepiadde, UFS, Jan-Jun - 2011.

ROSEMBERG, Fulvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo, Global, 1985.

SILVA, Ana Célia. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In; MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília, Mec/Secad, 2005.

SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

Sugestões de Atividade:

1- Vimos neste capítulo e no anterior a discussão sobre igualdade e diferença. Diante do que foi visto no curso até agora, com você faz a leitura da imagem e da frase exposta no cartaz abaixo ?

O cartaz é o símbolo de comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas.

Como você entende o cartaz e no que se refere a sua frase “Iguais da diferença”.



2- Depois do que foi visto acerca das temáticas ética, etnocentrismo e direitos humanos, aponte:

a- Um exemplo de violação dos direitos humanos e qual seria a melhor estratégia para reverter tal situação (elencue dois princípios que devem ser respeitados).

b- Aponte uma temática que pode ser trabalhada na metodologia da transversalidade e que promova a Educação em Direitos Humanos. Explique a sua escolha.

